



|  |                      |
|--|----------------------|
|  | 1.288.061.235,20     |
|  | Acima de<br>8.458,28 |
|  | 1.288.061.235,21     |

PORTARIA Nº 494, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Atualiza monetariamente a Taxa de Fiscalização dos mercados de seguro e resseguro, de capitalização e de previdência complementar aberta.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no inciso XI do art. 8º da Lei nº 13.202, de 8 de dezembro de 2015 e no Decreto nº 8.510, de 31 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º Em atendimento ao disposto no art. 8º, da Lei nº 13.202, de 8 de dezembro de 2015, os valores da Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro e Resseguro, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta, instituída pelo art. 48 da Lei 12.249 de 11 de junho de 2010, e as respectivas faixas de margem de solvência passam a vigorar conforme os valores constantes do Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. Utiliza-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, com a variação do índice apurado no período desde a última correção, em conformidade com o art. 8º da Lei nº 13.202/2015, perfazendo um percentual acumulado de 12,018% entre junho de 2015 e abril de 2017.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 42, de 27 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 10 (dez) dias úteis após a data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO I

| Ramo | M.S | Matriz | UF |
|------|-----|--------|----|
|------|-----|--------|----|

|         | De          | Até         |            |           |
|---------|-------------|-------------|------------|-----------|
| Pessoas | 0           | 4.942.367   | 14.105,60  | 705,29    |
|         | 4.942.367   | 19.769.467  | 30.381,27  | 1.519,07  |
|         | 19.769.467  | 98.644.540  | 65.102,72  | 3.255,15  |
|         | 98.644.540  | 296.542.008 | 138.885,79 | 6.944,30  |
|         | 296.542.008 | 889.626.024 | 204.608,53 | 10.230,43 |
|         | acima       | 889.626.024 | 235.609,82 | 11.780,49 |

|       | De          | Até         |            |           |
|-------|-------------|-------------|------------|-----------|
| Danos | 0           | 4.942.367   | 21.700,91  | 1.085,06  |
|       | 4.942.367   | 19.769.467  | 43.401,81  | 2.170,09  |
|       | 19.769.467  | 98.644.540  | 86.803,62  | 4.340,17  |
|       | 98.644.540  | 296.542.008 | 173.607,24 | 8.680,37  |
|       | 296.542.008 | 889.626.024 | 204.608,53 | 10.230,43 |
|       | acima       | 889.626.024 | 235.609,82 | 11.780,49 |

|     | De          | Até         |            |           |
|-----|-------------|-------------|------------|-----------|
| T.R | 0           | 4.942.367   | 43.401,81  | 2.170,13  |
|     | 4.942.367   | 19.769.467  | 86.803,62  | 4.340,17  |
|     | 19.769.467  | 98.644.540  | 173.607,24 | 8.680,37  |
|     | 98.644.540  | 296.542.008 | 345.878,42 | 17.360,73 |
|     | 296.542.008 | 889.626.024 | 409.217,07 | 20.460,86 |
|     | acima       | 889.626.024 | 471.219,64 | 23.560,99 |

|     | De          | Até         |            |           |
|-----|-------------|-------------|------------|-----------|
| PCA | 0           | 4.942.367   | 14.105,60  | 705,29    |
|     | 4.942.367   | 19.769.467  | 30.381,27  | 1.519,07  |
|     | 19.769.467  | 98.644.540  | 65.102,72  | 3.255,15  |
|     | 98.644.540  | 296.542.008 | 138.885,79 | 6.944,30  |
|     | 296.542.008 | 889.626.024 | 204.608,53 | 10.230,43 |
|     | acima       | 889.626.024 | 235.609,82 | 11.780,49 |

|     | De          | Até         |            |           |
|-----|-------------|-------------|------------|-----------|
| CAP | 0           | 4.942.367   | 14.105,60  | 705,29    |
|     | 4.942.367   | 19.769.467  | 30.381,27  | 1.519,07  |
|     | 19.769.467  | 98.644.540  | 65.102,72  | 3.255,15  |
|     | 98.644.540  | 296.542.008 | 138.885,79 | 6.944,30  |
|     | 296.542.008 | 889.626.024 | 204.608,53 | 10.230,43 |
|     | acima       | 889.626.024 | 235.609,82 | 11.780,49 |

|     | De          | Até         |            |
|-----|-------------|-------------|------------|
| R.L | 0           | 4.942.367   | 64.886,34  |
|     | 4.942.367   | 19.769.467  | 129.771,41 |
|     | 19.769.467  | 98.644.540  | 259.542,82 |
|     | 98.644.540  | 296.542.008 | 519.085,65 |
|     | 296.542.008 | 889.626.024 | 611.779,51 |
|     | acima       | 889.626.024 | 704.473,38 |

|     |  |  |           |
|-----|--|--|-----------|
| R.A |  |  | 24.949,61 |
|-----|--|--|-----------|

PORTARIA Nº 495 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre os procedimentos para solicitação de ajustes nos limites de pagamento dos órgãos do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 41 da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º A solicitação de ajustes pelos órgãos do Poder Executivo Federal no cronograma de execução mensal de desembolso do decreto de Programação Orçamentária e Financeira, de que trata o artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá o disposto nesta Portaria.

Parágrafo único. A presente portaria é aplicável apenas quando o Decreto de que trata o caput estabelecer expressamente a competência do Ministério da Fazenda em proceder ao detalhamento, ampliação ou remanejamento dos limites de pagamento lá estabelecidos.

Art. 2º Os ajustes de limites de pagamento dar-se-ão por meio de portaria do Ministro de Estado da Fazenda, observadas as regras estabelecidas no Decreto de que trata o art. 1º, sendo os seguintes:

I - ampliação de limite de pagamento;

II - remanejamento de limite de pagamento mediante antecipação de cronograma;

III - remanejamento de limite de pagamento entre órgãos; ou

IV - remanejamento de limite de pagamento entre anexos estabelecidos por Portaria de Detalhamento editada pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 3º Após a publicação do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) deverá elaborar e encaminhar à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, em até três dias úteis, minuta de portaria de detalhamento, a ser subscrita pelo Ministro de Estado da Fazenda, detalhando os valores mensais autorizados para pagamento relativos a dotações constantes da Lei Orçamentária e aos restos a pagar.

Art. 4º A STN deverá disponibilizar, em seu sítio eletrônico, os limites de pagamento atualizados, por órgão, por mês e por anexo, em conformidade com a portaria de detalhamento vigente e alterações posteriores.

Parágrafo único. Os limites de que trata o caput deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico da STN na mesma data de publicação, no Diário Oficial da União, da portaria de detalhamento ou de portaria de ajuste de limites de pagamento.

Art. 5º A STN analisará as solicitações de ajustes de limites de pagamento efetuadas pelos órgãos setoriais de programação financeira, de que trata o art. 11 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, mediante as seguintes regras:

I - o pleito de ajuste de limite de pagamento deverá ser encaminhado por aviso ministerial, devidamente motivado, ao Ministro de Estado da Fazenda, quando se referir às hipóteses dos incisos I e II do art. 2º; ou

II - o pleito de ajuste de limite de pagamento deve ser encaminhado por meio de ofício, devidamente motivado e assinado pela autoridade financeira competente do órgão, à STN ou à Subsecretaria de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/SUPOF), quando se referir às hipóteses dos incisos III e IV do art. 2º.

Parágrafo único. O pleito de ajuste de limite também deve ser registrado em sistema específico disponibilizado no sítio eletrônico da STN, com observância das regras do Manual de Ajustes de Limite de Pagamento da STN, devendo-se fazer menção ao número de protocolo do documento de referência previsto nos incisos I ou II do caput.

Art. 6º A STN receberá e analisará as solicitações de ajustes de limites de pagamento conforme os prazos estabelecidos em anexo desta Portaria.

§ 1º A STN deverá analisar o pleito, manifestando-se fundamentadamente quanto ao seu atendimento, integral ou parcial, ou ao seu indeferimento, observados os prazos estabelecidos em anexo desta Portaria.

§ 2º Caso a STN seja comunicada da necessidade de ajuste de limite de pagamento fora dos prazos estabelecidos em anexo desta Portaria, o pleito será indeferido.

§3º Na hipótese do §2º deste artigo, o Ministro de Estado da Fazenda, a seu critério, poderá rever a decisão da STN e deliberar pelo ajuste dos limites de pagamento.

§4º Havendo pendência de pleitos encaminhados à STN pelo mesmo órgão setorial de programação financeira, a STN avaliará a solicitação mais recente, desconsiderando os demais pedidos.

Art. 7º Não serão consideradas solicitações de ajustes de limites de pagamento em desacordo com o estabelecido nesta Portaria.

Parágrafo único. Os órgãos setoriais de programação financeira, de que trata o art. 11 da Lei nº 10.180, de 2001, observarão ainda as instruções e procedimentos operacionais dispostos no Manual de Ajustes de Limites de Pagamento da STN, disponibilizado em seu sítio eletrônico.

Art. 8º A STN poderá promover diligências perante os órgãos setoriais de programação financeira, a fim de obter informações adicionais sobre os pleitos de ajuste de limite de pagamento, bem como requerer, a qualquer tempo, dados acerca da execução orçamentária e financeira dos órgãos setoriais.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO

Prazos para a Secretaria do Tesouro Nacional - STN - receber e analisar solicitações de ajustes de limites de pagamento:

| Rodadas de Solicitação de Ajustes e Análise | Prazo Limite para Recebimento de Solicitações | Prazo Limite para Manifestação da STN |
|---|---|---------------------------------------|
| 1ª Rodada                                   | De 01/fev a 28 ou 29/fev                      | De 01/mar a 10/mar                    |
| 2ª Rodada                                   | De 01/abr a 31/abr                            | De 01/mai a 10/mai                    |
| 3ª Rodada                                   | De 01/jun a 30/jun                            | De 01/jul a 10/jul                    |
| 4ª Rodada                                   | De 01/ago a 31/ago                            | De 01/set a 10/set                    |
| 5ª Rodada                                   | De 01/out a 31/out                            | De 01/nov a 10/nov                    |
| 6ª Rodada                                   | De 01/dez a 10/dez                            | De 11/dez a 20/dez                    |

PORTARIA Nº 497, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Regulamenta os procedimentos relativos à metodologia para cálculo dos valores previstos nos arts. 9º e 17 da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e nos arts. 4º a 7º do Decreto nº 9.109, de 27 de julho de 2017, bem como os juros nominais referidos nos §§ 5º do art. 2º e 3º do art. 4º, da Lei Complementar nº 159, de 2017, e no § 1º do art. 17 do Decreto nº 9.109, de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e nos arts. 19 e 20 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

Considerando as disposições contidas nos artigos 2º, 4º, 9º e 17 da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, nos artigos 4º a 7º e no § 1º do art. 17 do Decreto nº 9.109, de 27 de julho de 2017; e

Considerando a necessidade de estabelecer a metodologia para a definição do valor integral das prestações a serem pagas no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, em conformidade com o § 3º do artigo 9º da Lei Complementar nº 159, de 2017, resolve:

DAS DÍVIDAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL

Art. 1º A prestação de que trata o § 3º do artigo 9º da Lei Complementar nº 159, de 2017, será apurada na forma prevista neste artigo.

§ 1º Durante o período de redução extraordinária integral, as prestações previstas originalmente nos contratos serão controladas em contas gráficas, denominadas Conta Gráfica 1, e capitalizadas de acordo com os encargos financeiros de normalidade previstos originalmente nos respectivos contratos, para acréscimo, ao final do período de redução, aos saldos devedores correspondentes atualizados.

§ 2º Não havendo a prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal, nos termos § 2º do Art. 9º da Lei Complementar nº 159, de 2017, os saldos acumulados nas Contas Gráficas 1 serão incorporados aos saldos devedores atualizados de cada contrato, reprocessando-se as prestações pelos prazos contratuais remanescentes.

§ 3º Havendo a prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal nos termos § 2º do Art. 9º da Lei Complementar nº 159, de 2017, as prestações serão apuradas da seguinte forma:

I - ao final do prazo inicial da redução extraordinária integral, o saldo acumulado nas Contas Gráficas 1 serão incorporados aos saldos devedores atualizados dos respectivos contratos, reprocessando-se as prestações pelos prazos contratuais remanescentes;